

Boletim

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA >>> JOÃO PESSOA - PARAÍBA >>> www.adufpb.org.br >>> adufpb@terra.com.brANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

30 DE AGOSTO

Dia Nacional de Paralisação

ADUFPB está nessa luta.

No dia 30 de agosto, será realizado em todo o país o Dia Nacional de Paralisação. Chamada pelas centrais sindicais, a data deve ser um marco na luta da classe trabalhadora no segundo semestre de 2013. A ADUFPB estará nessa luta. Na próxima rodada de assembleias, a ser realizada nos dias 28 (Bananeiras, às 9h, e Areia, às 15h) e 29 (João Pessoa, às 9h, no auditório 412 do CCHLA), os professores da UFPB irão definir as estratégias de mobilização para o dia 30. Além das atividades nos estados, está prevista a realização de um grande ato em Brasília (DF).

Para demonstrar a crescente insatisfação com as políticas dos governos e a clara disposição para o enfrentamento, trabalhadores de diversas categorias vêm participando da onda de protestos que tomou conta do país desde o mês de abril. No dia 11 de julho, foi realizado primeiro Dia Nacional de Paralisação. A ADUFPB engrossou o movimento, participando do protesto que tomou as ruas do Centro de João Pessoa.

Como ferramenta de mobilização para o próximo dia 30, a CSP-Conlutas disponibilizou um **boletim informativo** detalhando os pontos da pauta unificada de reivindicações das centrais sindicais. Já na última semana, foi divulgado também um vídeo que reforça a importância da participação dos trabalhadores no Dia Nacional de Paralisação. O vídeo e o material impresso estão disponíveis no site da ADUFPB, na sessão "Documentos". O mesmo material também foi enviado por e-mail para todos os associados da ADUFPB.

"As jornadas de junho sacudiram o Brasil. Milhões exigiram o passe livre, transporte, saúde e educação. Os trabalhadores também entraram em cena em 27 de junho, convocados pela CSP - Conlutas e o Espaço de Unidade de Ação, e em 11 de julho, convocados pelas centrais sindicais, quando cerca de 3 milhões pararam a produção e mais de 50 rodovias foram bloqueadas[...]. **Agora, é hora de organizar a paralisação nacional do dia 30 de agosto. Vamos exigir que o governo Dilma mude a política econômica e atenda a pauta dos trabalhadores**", afirma a CSP-Conlutas no vídeo divulgado semana passada.

"Nesse momento é fundamental que cumpramos nosso papel, sem atropelar as nossas formas organizativas democráticas pela base, para ampliar e fortalecer a participação dos docentes nas ações orientadas pelo Sindicato Nacional e pela nossa central - CSP Conlutas", destaca o registro.

A presidente do ANDES-SN, Marinalva Oliveira, ressalta a importância da participação dos professores na organização dos atos em suas cidades, junto às demais entidades representativas dos trabalhadores. "Precisamos fortalecer a mobilização para realizar mais um grande dia nacional de paralisação, em 30 de agosto, quando demonstraremos nossa insatisfação com as políticas dos governos em relação aos serviços essenciais como educação e saúde públicas, e com os constantes ataques aos direitos dos trabalhadores", destaca.

PROFESSOR, PARTICIPE

ADUFPB
Seção Sindical do ANDES-SN

EM PAUTA:

Informes; Adesão ao Dia Nacional de Luta com greves e mobilizações;
Situação do Litoral Norte - Campus IV, Mamanguape e Rio TintoDIA 28/08 - BANANEIRAS
Quarta-feira Manhã
AREIA
TardeDIA 29/08 - JOÃO PESSOA/LITORAL NORTE
Quinta-feira
A partir das 09h00
LOCAL: AUDITÓRIO 412 DO CCHLA

7 de setembro

O grito dos
excluídos

No próximo dia 7 de setembro, os trabalhadores vão novamente às ruas lutar contra as privatizações e a entrega das riquezas do país ao capital nacional e internacional, que se constitui num verdadeiro ataque à nossa soberania nacional. Vamos realizar grandes atos públicos por todo o país em defesa de mais investimentos sociais em saúde, educação, transporte e moradia, assim como levantar a bandeira contra o pagamento da dívida pública, que consome mais de 47% do orçamento da União.

Mesmo com “reajuste”, docentes das IFE já amargam perdas salariais aponta estudo

O salário de boa parcela dos docentes das Instituições Federais de Ensino já apresenta defasagem em julho deste ano, segundo levantamento feito pela subseção do Dieese no ANDES-SN. Nas tentativas de negociação com o governo federal, durante a greve histórica de 2012, o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN já apontava, em projeções feitas com base na expectativa de inflação para este ano, que a proposta de reajuste apresentada pelo governo não recomporia as perdas salariais – amargadas desde 2010 – e, muito menos, garantiriam ganho real na remuneração da categoria.

A pesquisa apresenta o cálculo da evolução salarial dos professores da Carreira do Magistério Superior entre 1 de julho de 2010, quando entrou em vigor a última parcela do reajuste previsto na Lei 11.784/2008, e 31 de julho de 2013. Os resultados são equivalentes para a Carreira do Ensino Básico, Técnico e

Tecnológico (Ebtt).

A projeção do estudo vai até 31 de dezembro de 2014, com base na média mensal da inflação registrada entre julho de 2010 e julho de 2013. A próxima alteração na tabela remuneratória está prevista para março de 2014. Logo, os valores seguirão sofrendo corrosão inflacionária.

O levantamento compara o reajuste no período em contrapartida com a inflação acumulada, tanto com base no índice do ICV-Dieese quanto do IPCA-Ibge, apurando se houve ganho ou perda salarial.

Entre 1 de julho de 2010 e 31 de julho de 2013, quase todos docentes localizados nos níveis Adjunto e Assistente, que concentram maior parte da categoria, observaram perdas salariais, independente de nível, titulação e regime de trabalho.

No caso daqueles com doutorado, inde-

pendente do regime de 20 horas, 40 horas ou dedicação exclusiva, todos os docentes já amargam perdas salariais, que variam entre 1,59% (associado nível 4, 40h) e 3,64% (adjunto nível 4, 40h), de acordo com o índice de inflação do ICV-Dieese.

Na projeção até o final de 2014, o quadro só aprofunda as perdas salariais dos professores. Analisando a mesma titulação, as perdas chegam a 7,41% para os adjuntos, nível 3, em regime de 40 horas. De todos os docentes com doutorado, apenas aqueles que são titulares em dedicação exclusiva terão ganho real de 1,95%. Todos os demais níveis e regimes deveriam ter os salários corrigidos, no mínimo, entre 1,01% e 8% para não chegar em dezembro de 2014 com a remuneração defasada, com base nas projeções do índice do ICV-Dieese.

Fonte: Andes-SN

ILUSÃO E PROPAGANDA

Petróleo NÃO garantirá os 10% do PIB para a Educação

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 14 de agosto o Projeto de Lei (PL) 323/2007, que destina os royalties do petróleo para as áreas de educação e saúde. Porém, isso somente ocorrerá no caso de novos contratos de exploração, ou seja, referentes a poços de petróleo leiloados a partir de 3/12/2012. Apenas em alguns poucos casos, a educação receberá recursos de poços já leiloados.

Dessa forma, não passa de mera ilusão a ampla propaganda que vem sendo feita a respeito da destinação de 100% dos royalties para educação, tendo em vista que apenas os royalties de futuras explorações de petróleo poderão ter essa destinação.

A tabela a seguir mostra o que de fato está projetado para ser investido em educação, conforme dados da Consultoria Legislativa, evidenciando que na melhor das hipóteses o que foi aprovado no dia 14 de agosto representará apenas 0,6% do PIB para educação em 2022, e cifras ainda menores nos anos anteriores.

**Projeção de recursos de royalties do petróleo para a educação
PL 323/2007 aprovado em 14/8/2013**

Ano	Recursos para Educação (R\$ bilhões)	PIB (R\$ bilhões)	Recursos para a Educação (% do PIB)
2012		4.402,54	
2013	0,86	4.490,59	0,02
2014	1,72	4.580,40	0,04
2015	2,70	4.672,01	0,06
2016	5,09	4.765,45	0,11
2017	7,42	4.860,76	0,15
2018	15,26	4.957,97	0,31
2019	21,95	5.057,13	0,43
2020	27,17	5.158,27	0,53
2021	30,47	5.261,44	0,58
2022	32,43	5.366,67	0,60

Fonte: Consultoria Legislativa – Câmara dos Deputados

Nota: PIB projetado pela Auditoria Cidadã da Dívida, com crescimento de 2% ao ano.

Recursos ficarão muito distantes das demandas sociais refletidas

Considerando que atualmente apenas 5% do PIB atual são investidos em educação, os recursos advindos do PL 323 aprovado no dia 14 de agosto ainda ficarão muito distantes das demandas sociais refletidas na campanha que requer “10% do PIB para Educação Pública Já!”.

Além disso, o PL obriga a realização dos leilões do petróleo, como condição para que a educação receba essa ínfima parcela de recursos. No último leilão, em maio/2013, uma riqueza de cerca de 3 trilhões de dólares (segundo o SINDIPETRO) foi arrematada por R\$ 2,8 bilhões (ou seja, o valor de avaliação é 2.143 vezes maior do que o valor de arrematação). É evidente o dano ao patrimônio brasileiro, que está sendo entregue a diversas petroléiras (inclusive multinacionais).

Importante observar também que os royalties do pré-sal corresponderão a apenas 15% do valor da produção, contrariando os argumentos governistas de que este petróleo seria como um “bilhete premiado”, e que por isso o país deveria ter acesso a uma parcela significativa desta riqueza. Dessa forma, a maior parte da riqueza do pré-sal sequer faz parte do PL-323, e pode ficar com as empresas transnacionais do petróleo.

Em votação anterior da Câmara, havia sido aprovado que a União receberia um mínimo de 60% do chamado “excedente em óleo” (ou seja, o lucro da exploração do pré-sal, que abastece o “Fundo Social”), porém, na negociação de hoje, este dispositivo foi excluído. O governo definiu um mínimo de 41,65% para o próximo Leilão, rebaixando ainda mais a participação nacional.

FONTE: coletivo da Auditoria Cidadã da Dívida